



UNIVERSIDADE FEDERAL DO OESTE DO PARÁ
INSTITUTO DE CIÊNCIAS DA EDUCAÇÃO
PROGRAMA DE CIÊNCIAS HUMANAS
LICENCIATURA INTEGRADA EM HISTÓRIA E GEOGRAFIA
CURSO DE HISTÓRIA

DEQUIM MARQUES DE ARAÚJO

**A IDADE MÉDIA NOS LIVROS DIDÁTICOS: AS CIDADES
MEDIEVAIS NOS MANUAIS ESCOLARES DO ENSINO
FUNDAMENTAL (2009-2012)**

SANTARÉM
2018



**UNIVERSIDADE FEDERAL DO OESTE DO PARÁ
INSTITUTO DE CIÊNCIAS DA EDUCAÇÃO
PROGRAMA DE CIÊNCIAS HUMANAS
LICENCIATURA INTEGRADA EM HISTÓRIA E GEOGRAFIA
CURSO DE HISTÓRIA**

DEQUIM MARQUES DE ARAÚJO

**A IDADE MÉDIA NOS LIVROS DIDÁTICOS: AS CIDADES
MEDIEVAIS NOS MANUAIS ESCOLARES DO ENSINO
FUNDAMENTAL (2009-2012)**

Trabalho de Conclusão de Curso entregue a Universidade Federal do Oeste do Pará – UFOPA, como requisito parcial para obtenção de título de Licenciado em História e Geografia, com habilitação em História, sob orientação do Prof. Dr. Douglas Mota Xavier de Lima.

**SANTARÉM
2018**

DEQUIM MARQUES DE ARAÚJO

**A IDADE MÉDIA NOS LIVROS DIDÁTICOS: AS CIDADES
MEDIEVAIS NOS MANUAIS ESCOLARES DO ENSINO
FUNDAMENTAL (2009-2012)**

Data de aprovação: 03/07/2018.

Banca Examinadora:

Prof. Dr. Douglas Mota Xavier de Lima - Orientador
Universidade Federal do Oeste do Pará

Prof. Dr. Gefferson Ramos Rodrigues - Avaliador
Universidade Federal do Oeste do Pará

Prof. Me. Wilverson Rodrigo Silva de Melo - Avaliador
Universidade Federal do Oeste do Pará

DEDICATÓRIA

Dedico este trabalho ao meu Deus de infinita bondade.

AGRADECIMENTOS

À minha querida mãe, Maria Marques de Araújo, pelo amor incondicional e por estar presente em todos os momentos da minha vida.

À minha irmã, Débora Cristina Marques de Araújo, pelo apoio, dedicação e carinho ao longo de minha formação acadêmica.

Aos meus avós maternos, Antônio Bahia Miranda e Paulina Marques de Araújo (em memória), toda a minha eterna gratidão e carinho pelos ensinamentos que ajudaram no meu crescimento como ser humano.

Ao meu orientador Prof. Dr. Douglas Mota Xavier de Lima, com quem aprendi muito, obrigado pela dedicação, companheirismo e sobretudo confiança no decorrer destes três anos de trabalho e parceria.

A todos os professores do *curso de Licenciatura em História* que contribuíram na minha formação acadêmica, os meus sinceros agradecimentos.

A todos os professores do *Ensino Fundamental e Médio*, o meu muito obrigado, os seus primeiros ensinamentos foram de suma importância para a minha formação cidadã e educacional.

A todos os professores do curso *Equilibrium Pré-Vestibulares* que contribuíram para o meu ingresso na vida acadêmica.

EPÍGRAFE

Deus está aqui nesse momento
Sua presença é real em meu viver
Entregue a sua vida e seus problemas
Fale com Deus, ele vai ajudar você
Deus te trouxe aqui
Para aliviar os seus sofrimentos
É Ele o autor da fé
Do princípio ao fim
Em todos os teus tormentos

(*Noites Traiçoeiras*, Padre Marcelo Rossi)

A IDADE MÉDIA NOS LIVROS DIDÁTICOS: AS CIDADES MIEVAIS NOS MANUAIS ESCOLARES DO ENSINO FUNDAMENTAL (2009-2012)

Dequim Marques de Araújo¹

RESUMO

Este artigo trata da Idade Média nos livros didáticos do 6º e 7º ano do ensino fundamental e, visa compreender como as cidades medievais são apresentadas em cinco publicações escolares editadas entre 2009 e 2012. A abordagem estruturou-se em torno das seguintes indagações: como as cidades medievais aparecem nestas obras? Que elementos constituem as cidades medievais? Posto isto, busca-se, primeiramente, enfatizar que os materiais didáticos e o ensino de história não podem ser analisados isoladamente, pois existe a necessidade de uma reflexão sobre as relações entre a indústria cultural, as políticas públicas e a historiografia. Na sequência são apontados alguns estudos bibliográficos acerca da Idade Média no ensino de História e, especificamente, sobre o medievo nos livros escolares. Ao final, o trabalho dedica-se a compreensão de dois eixos recorrentes nas publicações didáticas selecionadas. O primeiro diz respeito a relação entre Cidade e Feudalismo dele decorrendo o surgimento dos burgueses e da liberdade urbana; o segundo trata das chamadas Corporações de Ofício, associações que tinham função de sistematizar o trabalho, a produção das manufaturas e conceder amparo social aos membros das oficinas de artesãos.

Palavras-chave: Ensino de História. Idade Média. Livros didáticos. Cidades medievais.

INTRODUÇÃO

Os livros didáticos são um dos principais temas de pesquisa no campo de ensino e suportes pedagógicos indispensáveis no processo de ensino e aprendizagem de estudantes da educação básica. Ainda que os últimos anos tenham acentuado a diversidade de materiais didáticos disponíveis e que a tecnologia esteja gradativamente reorientando o papel dos livros impressos na educação, os manuais didáticos continuam sendo amplamente usados no trabalho diário das escolas de todo o país, caracterizando-se pela variedade de sua produção e, ao serem analisados com maior profundidade e em uma perspectiva histórica, demonstram ter sofrido mudanças em seus aspectos formais e ganhado possibilidades de uso diferenciado por parte de

¹ Graduando em Licenciatura em História e Geografia da Universidade Federal do Oeste do Pará-UFOPA, Trabalho de Conclusão de Curso, sob a orientação do docente Prof. Dr. Douglas Mota Xavier de Lima.

professores nas últimas décadas. Por esta razão, entende-se que os livros didáticos são fontes relevantes para uma pesquisa sobre o ensino de história, favorecendo, entre outras coisas, a compreensão acerca de como os conteúdos de História são abordados pelos materiais. Dentre inúmeros temas de pesquisa possíveis, optou-se em escolher para esta análise a Idade Média nos livros escolares, observando que poucos trabalhos se debruçaram em pesquisar como o medieval é apresentado nas publicações didáticas. Ao tratar dos conteúdos de Idade Média constata-se que os enunciados ainda são carregados de referências pejorativas. Em outras palavras, percebe-se que mesmo os livros mais atualizados trazem em suas páginas o medieval a partir de uma perspectiva negativa, rotulado implicitamente como um período obscuro da história, uma Idade Média como Idade das Trevas.

Nilton Mullet Pereira (2012) assinala que as perspectivas elaboradas pelas correntes iluministas são, via de regra, reproduzidas nas salas de aula de História, definindo a Idade Média como apenas um intervalo de tempo mórbido e obscuro, a partir do qual as nações emergem e iniciam uma escalada de distanciamento de um estado infantil e selvagem. Nesse cenário, é preciso problematizar as noções construídas acerca da época medieval, liberando o que de rebeldia, de transgressão e de intensidade fora, por longos séculos, apagado da nossa memória em favor do plano estático de guerras e da imobilidade social. Assim, é necessário fazer emergir o medieval não como estrutura imóvel e harmônica ou como um espaço singular, onde havia apenas subsistência, estabilidade e ruralidade, mas um tempo de rebeldias, heresias e atores criativos.

A proposta desta análise não busca desqualificar o uso dos manuais escolares e, tão pouco, realizar uma abordagem que conclua que estes materiais são melhores ou piores ou que seus conteúdos não são adequados. Entende-se que não existe um livro didático ideal e, desta maneira, a pesquisa tem por finalidade compreender como as cidades medievais são apresentadas em cinco (5) livros didáticos do ensino fundamental produzidos no período de 2009 a 2012. A escolha destes manuais escolares levou em consideração a disponibilidade dos livros no acervo do Laboratório de História da Universidade Federal do Oeste do Pará (UFOPA), onde constam uma grande quantidade de exemplares do ensino básico. As obras selecionadas são:

- *História nos dias de hoje* (7º Ano), escrito por Flávio Campos, professor da Universidade de São Paulo (USP), com experiência na educação básica da rede pública e particular; Regina Claro, autora de livros didáticos e paradidáticos, mestre em História Social pela Universidade de São Paulo (USP), africanista e pesquisadora da cultura Afro-

americana; e Miriam Dolhnikoff, professora da Universidade de São Paulo (USP) com experiência na educação básica.

- *História sociedade e cidadania* (7º Ano), escrito por Alfredo Boulus Júnior, mestre em História Social pela Universidade de São Paulo (USP), ex-professor da rede pública e particular e em cursinhos pré-vestibulares e autor das coleções: *Construindo nossa memória* e *O saber da História*.
- *Leituras de história* (6º Ano), obra escrita por Oldimar Cardoso, doutor e mestre em Educação, bacharel e licenciado em História pela Universidade de São Paulo (USP) e Professor de História no Ensino Fundamental e Médio em Escolas Públicas e Privadas.
- *Estudar história das origens do homem à era digital* (7º Ano), de autoria de Patrícia Ramos Braick, mestre em História das Sociedades Ibero-Americanas e brasileira pela Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul (PUC /RS) e professora do Ensino Médio em Belo Horizonte (MG).
- *Diálogos da história* (7º Ano), obra escrita por Fábio Salvari, professor da educação básica formado pela Pontifícia Universidade Católica de São Paulo (PUC/SP) e autor da coleção *História contextualizada*.

Após a seleção das obras, concentrou-se a atividade na caracterização de cada livro, tanto nos elementos formais (ano de edição, editora, autoria, coleção) como na estrutura dos capítulos (distribuição dos conteúdos, uso de tópicos e boxes explicativos, presença de imagens, mapas, iluminuras, glossários, indicação de materiais complementares), além da identificação dos capítulos que abordavam temas relacionados ao medieval. Feito esse trabalho preliminar, passou-se ao mapeamento das principais temáticas presentes nos livros escolares. Identificou-se que alguns temas eram recorrentes nas obras, como: Feudalismo, Igreja/Cristianismo, Islamismo, Cruzadas, Cidades, Império Carolíngio, Povos germânicos, enquanto outros apareciam de forma pontual.

O livro escolar do 7º ano do ensino fundamental, intitulado “História nos dias de hoje”, escrito por Flávio Campos, Regina Claro e Miriam Dolhnikoff, é composto por (15) capítulos, tópicos e sub tópicos. Estes estão estruturados a partir do exercício lúdico do jogo, de modo que o objetivo é despertar o aprendizado do aluno de forma dinâmica. Os capítulos trazem imagens, gravuras, e ilustrações, além de atividades e leituras complementares utilizadas como ferramentas de uso pedagógico em sala de aula. Os dois (2) primeiros capítulos são dedicados ao campo da Idade Média e trabalham assuntos como: Povos Cristãos e Muçulmanos na Alta Idade Média e Baixa Idade Média nos séculos XI e XV, sendo que o segundo capítulo

trabalha especificamente o Feudalismo, abordando a sociedade e a expansão do modelo econômico restritamente no continente europeu.

A segunda obra analisada do 7º ano do ensino fundamental faz parte da coletânea “História sociedade e cidadania”, escrita por Alfredo Boulus Júnior, e é composto por quatro (4) unidades, dividida em quinze (15) capítulos. As duas (2) primeiras unidades são atribuídas ao conteúdo da História Medieval, de modo que os (2) capítulos iniciais apresentam o período medieval na Europa e os três (3) posteriores estreitam a abordagem do estudo para outras civilizações, especificamente aos povos árabes, africanos e chineses.

Em seguida passou a análise do manual escolar do 6º ano do ensino fundamental faz parte da coleção “Leituras de história”, escrito por Oldimar Cardoso, é formado por vinte e três (23) capítulos. Estes apresentam uma estrutura cronológica linear, composta por glossário, caderno de mapas, além de um conjunto de atividades propostas e leituras complementares. Os nove (9) últimos capítulos podem ser atribuídos ao conteúdo História Medieval, abordando uma diversidade de temas tais como: cristianismo, povos hunos e germânicos, Império romano do Oriente, sociedades muçulmanas, Império Carolíngio, sociedade feudal e as cruzadas. Esses capítulos são curtos e não tratam de temas como povos africanos e Oriente na época medieval, elementos que têm sido comuns em outros livros didáticos.

A publicação didática do 7º ano do ensino fundamental da coletânea “Estudar história das origens do homem á era digital”, de autoria de Patrícia Ramos Braick, é dividido em quatorze (14) capítulos e estruturado em tópicos e sub tópicos. A sua estrutura é bastante atrativa por apresentar uma série de elementos como gravuras, iluminuras, e fotografias que narram a história humana desde sua origem até a era dos meios digitais. Os primeiros cinco (5) capítulos são reservados ao estudo do medievo e caracterizam –se por mostrar a Idade Média através de uma abordagem vasta, que trata a sociedade europeia, dos povos árabes, da África antes da chegada dos europeus e, por fim, os Impérios do Oriente, China e Japão.

Por fim o livro didático “Diálogos da história” do 7º ano do ensino fundamental que faz parte do manual do educador, de autoria de Fábio Salvati, é composto por quatro (4) unidades e doze capítulos. A sua estrutura oferece ao professor diversas ferramentas pedagógicas para serem aplicadas em sala de aula, como: imagens, mosaicos, mapas e fotos, além de atividades voltadas para a preparação do aluno para o vestibular. A primeira unidade, que corresponde aos três (3) primeiros capítulos, enfatiza a Idade Média, com destaque para o 3º capítulo, que apresenta o surgimento das Universidades e assuntos referentes a cultura entre os quais estão: música, teatro e dança.

Em seguida, foi possível observar que não havia necessariamente uma vinculação direta da área de atuação do autor com a abordagem do manual escolar. Por exemplo, em *História nos dias de hoje*, o fato de um dos autores do referido material atuar no campo dos estudos africanistas não resultou numa maior presença desses conteúdos no livro didático. A partir desse levantamento, optou-se por tomar as cidades como eixo de problematização, tendo em vista analisar as cidades medievais nos livros didáticos.

Em suma, a pesquisa buscou compreender como espaços urbanos medievais são apresentados nos livros didáticos do ensino fundamental. Para isso, o trabalho divide-se em três tópicos: em primeiro lugar, considerações sobre os livros didáticos no ensino de História, discutindo as políticas públicas relacionadas a tais obras e apresentando algumas problemáticas sobre os conteúdos dos manuais didáticos; em seguida, destacam-se estudos acerca da Idade Média no ensino de história e, especificamente, nos livros didáticos do ensino fundamental; por fim, analisa-se como as cidades medievais são apresentadas nos livros selecionados, tendo em vista a abordagem de dois grandes eixos analíticos. O primeiro trata da relação entre Cidade e Feudalismo, protagonizada sobretudo pelos burgueses que almejavam a sua liberdade econômica. O segundo diz respeito ao meio utilizado para a organização dos trabalhos nos espaços urbanos que passaram a ser administrados pelas Corporações de ofício ou Guildas.

OS LIVROS DIDÁTICOS NO ENSINO DE HISTÓRIA

O significativo uso do manual escolar como recurso didático em sala de aula influi diretamente o processo de ensino e aprendizagem, visto que, por vezes, ele é a única referência que estudantes e professores têm acesso. Observa-se que as informações oferecidas pelos livros didáticos tendem a ser recebidas sem problematização e esta prática educacional tende a resultar na reprodução de concepções e métodos de ensino, sem levar em conta a necessidade de trabalhar com fontes diversificadas e problemas que podem contribuir para a construção do conhecimento histórico.

Para Edlene Silva a relevância dos livros didáticos manifesta-se, por exemplo, nas crescentes análises que discutem como tais materiais expressam um caráter normativo e constroem representações sociais, difundindo valores e ideologias que refletem diretamente na formação identitária dos estudantes. A escolha dos livros didáticos gera polêmicas e suscita calorosos debates quanto a seus limites e possibilidades. Além disso, as opiniões sobre o impacto e a relevância desses materiais na educação escolar são diversas, existindo a

constatação de que os livros escolares não são apenas um suporte pedagógico, constituindo também uma das principais fontes de informações para o professor (SILVA, 2011, p.09-10).

As pesquisas referentes ao campo do ensino revelam que os materiais didáticos e o ensino de história não podem ser analisados isoladamente, pois existe a necessidade de uma reflexão sobre as relações entre indústria cultural e estes materiais. De acordo com Marlene Cainelli e Maria Auxiliadora Schmidt, estes elementos envolvem historicamente os contextos em que foram produzidos os livros escolares e as políticas editoriais, como as leis que regem a sua forma de produção, mercado e preços. Outrossim, é importante compreender todo o processo de compra e venda dos materiais e as políticas governamentais de aquisição dos exemplares destinados a escolas. Estes fatores externos explicam as maneiras como os livros chegam as mãos da população brasileira. Tais aspectos sugerem que nenhum livro didático pode ser compreendido como produto abstrato ou neutro, distanciado do contexto histórico em que existiu ou existe (CAINELLI & SCHMIDT, 2009, p.135-136).

Por estas razões, Selva Guimarães Fonseca enfatiza que a realidade educacional brasileira justifica a relevância de debates e pesquisas sobre a produção, políticas, características, qualidades, intencionalidades, conteúdos, funções e o uso dos livros escolares. A autora questiona o destino dado aos livros didáticos de História, especialmente aqueles direcionados ao ensino fundamental, utilizados com frequência nas instituições brasileiras, uma vez que se trata de uma das mais antigas e importantes políticas públicas para a educação básica do governo brasileiro (FONSECA, 2012, p.91).

A autora ainda destaca que segundo a cronologia elaborada pelo Ministério da Educação (MEC), o Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação (FNDE) e o Programa Nacional do Livro Didático (PNLD), este criado em 1929, implementou em conjunto com o Estado um órgão específico com a finalidade de fiscalizar as políticas educacionais sobre os livros didáticos. Além deste, foi também criado o Instituto Nacional do Livro (INL), que vem contribuindo para dar maior legitimidade ao livro didático nacional e, conseqüentemente, auxiliando no aumento de sua produção. Desde então, o programa sofreu várias mudanças na concepção e no formato de execução, tal como a instituição da Comissão Nacional do Livro Didático (CNLD) que em 1938 estabeleceu a primeira política de legislação e controle de publicação e circulação do livro didático no Brasil. Por conseguinte, em 1945 foi consolidada a legislação educacional referente as condições de produção, importação e utilização dos livros didáticos (FONSECA, 2012, p. 92-93).

Por outro lado, Flávia Eloisa Caimi afirma que somente na década de 1990 são intensificados os primeiros estudos sobre os conteúdos dos livros escolares, somando à

preocupação com a ideologia e o reconhecimento de sua condição de mercadoria, cujos interesses giram em torno da oferta de um produto que atenda os interesses da indústria cultural, ou seja, do monopólio das editoras que administram a produção do material didático mais consumido pela população brasileira. A partir de então, foram projetados mecanismos de avaliação dos livros escolares e se colocaram em pauta discussões sobre a qualidade desses materiais, resultando em medidas como a publicação de editais para balizar a avaliação pedagógica para cada etapa da escolarização básica, ou seja, os anos iniciais e finais do ensino Fundamental e Médio. Ademais da gradativa inserção de componentes curriculares no processo avaliativo e na contratação de universidades públicas para coordenar a avaliação pedagógica das coleções inscritas mediante a estes editais. Estes critérios técnicos e pedagógicos visaram resguardar não só as especificidades físicas dos manuais escolares, mas sobretudo as formulações metodológicas e conceituais recorrentes nos conteúdos no que diz respeito às preocupações crescentes com a supressão de erros, anacronismos, simplificações explicativas, estereótipos e conteúdos carregados de preconceitos (CAIMI, 2017, p.33-35).

Os livros escolares ganharam novas alternativas de uso a partir das transformações na rede pública de ensino básico do Brasil inaugurada nos anos 1990. Neste sentido, Aléxia Pádua Franco enfatiza que a estrutura dos conteúdos vem sofrendo mudanças significativas, sobretudo com PNLD implementado pelo MEC desde 1996, cujo o objetivo é avaliar os materiais comprados e distribuídos pelo governo federal e estabelecer critérios quanto a abordagem dos conteúdos de História. Os critérios avaliativos adotados pelo programa contribuíram para a eliminação de reproduções de estereótipos, preconceitos de origem étnica, além de conteúdos desatualizados ou ultrapassados e equívocos conceituais. As avaliações foram sendo ampliadas e reelaboradas a cada edição do PNLD e continuam norteando o processo de avaliação empreendido a partir de 1996 com os livros didáticos dos anos iniciais do ensino básico. Trata-se de uma reforma considerável nos conteúdos de História inseridos nos livros didáticos, pois as mudanças referentes a visualização dos conteúdos e da estrutura dos manuais permitiram ao professor fazer parte do processo de escolha e seleção e avaliação dos livros didáticos (FRANCO, 2014, p.145).

As avaliações proporcionadas pelo PNLD foram significativas, pois, como explicado por Circe Maria Fernandes Bittencourt, os livros didáticos são condicionados por elementos econômicos, ideológicos e técnicos, caracterizando-se por uma linguagem que deve ser acessível ao público destinado, formado por crianças, adolescentes e adultos. Todavia, estes critérios têm conduzido a simplificações nos manuais escolares que limitam sua ação na formação intelectual mais autônoma dos estudantes. Os autores e editores ao simplificarem

questões complexas impedem que os textos dos livros provoquem reflexões ou possíveis discordâncias por parte dos leitores. Deste modo, a sua tendência é de ser um objeto padronizado, com pouco espaço para textos originais, condicionando formatos e linguagens, com interferências múltiplas em seu processo de elaboração associadas à lógica da mercantilização e das formas de consumo (BITTENCOURT, 2010, p.73).

Outrossim, mesmo com a seleção do PNLD, os livros didáticos apresentam em seus conteúdos falhas recorrentes que não contribuem para o processo de ensino e aprendizagem, de modo que muitos especialistas do campo de ensino apontam diferentes alternativas para uma questão tão complexa. Assim sendo, existe a possibilidade de adotar, abolir, complementar ou diversificar o uso de livros didáticos no ensino de História (FONSECA, 2012, p.91).

Nessa via, Marcelo Soares Parreira da Silva afirma que o uso de suportes tecnológicos aos livros escolares vem sendo articulado desde 2012, de modo que as editoras apresentaram novas linguagens submetidas ao edital do PNLD de 2014, quando foram implementados diversos objetos educacionais digitais como jogos, vídeos, infográficos, simuladores, animações, que por meio de material multimídia tem a função de complementar os assuntos abordados nos livros inscritos. A utilização destas tecnologias vem se aprofundando e para o PNLD de 2016 foram definidos dois modelos de obras didáticas: a primeira, para englobar livros do aluno e os manuais do professor no formato impresso e digital, com os respectivos conteúdos integrados aos objetos educacionais digitais; a segunda, composta de livros do aluno e manuais do professor impresso e em versão pdf. (SILVA, 2017, p.118).

De todo modo, estes novos manuais didáticos ultrapassam o recorte do presente estudo e não eliminam o problema das imperfeições de conteúdo inerentes à própria natureza desse material, como a temporalidade dos conteúdos repassados, uma vez que o avanço dos conhecimentos das áreas pode alterar a pertinência de determinados conteúdos, tornando-os, por vezes, obsoletos ou ultrapassados. O caráter fixo do livro didático torna mais difícil a sua utilização diante de fatores heterogêneos, como as diversidades regionais, as diferenças culturais entre os alunos, as distintas competências cognitivas e patamares de conhecimento. Além disso, os livros escolares são destinados a um público diversificado, ou seja, existe uma desconexão com a vida cotidiana dos estudantes, com suas experiências familiares e sociais, pois se trata de um material genérico e elaborado para um universo amplo de estudantes (CAIMI, 2017, p.36).

Soma a estes elementos a transposição e a simplificação dos conteúdos no âmbito da didática da História que implicam tornar definitivas, institucionalizadas e legitimadas pela sociedade determinadas visões e explicações históricas. As simplificações nos conteúdos em

grande medida trazem consigo marcas de exclusão iniciada no âmbito social, em que alguns conteúdos são escolhidos e outros não, de acordo com critérios diversos. A produção historiográfica e as operações realizadas condicionam a didática e o tipo de saber veiculado. Deste modo, o trabalho do historiador pode tanto excluir ou omitir, como recuperar ou resgatar atos silenciados, depende dos modos de produzir conhecimento. São várias leituras, versões, interpretações. Na complexa produção dos livros didáticos, o processo de seleção e exclusão de ações e sujeitos históricos faz parte da lógica de didatização (FONSECA, 2012, p.97-98).

Neste sentido retoma-se a contribuição de Circe Maria Fernandes Bittencourt ao destacar que as críticas em relação aos livros escolares apontam para muitas de suas deficiências de conteúdo, lacunas, erros conceituais ou informativos. Contudo, o equívoco de determinadas análises reside na concepção de que seja possível existir um livro didático ideal, ou seja, uma obra capaz de solucionar todos os problemas do ensino, um substituto do trabalho do professor. Sabe-se que os livros didáticos possuem limites, vantagens e desvantagens como os demais materiais dessa natureza precisam ser avaliados. Em outras palavras, para que o livro escolar possa desempenhar um papel mais efetivo no processo educativo, como um dos instrumentos de trabalho de professores e alunos, torna-se necessário entendê-lo em todas as suas dimensões e complexidades (BITTENCOURT, 2004, p.300).

Dessa maneira, a investigação sobre os livros didáticos no ensino de História faz-se necessária, de modo que antes de qualquer análise precipitada é preciso compreender as suas propostas no processo de ensino e aprendizagem e todos os aspectos externos que estão fora do alcance de professores e alunos, bem como as políticas educacionais que promoveram mudanças na educação básica nas últimas décadas.

A IDADE MÉDIA NOS LIVROS DIDÁTICOS

Desde que a Idade Média começou a ser repensada pela historiografia contemporânea houve um processo de ampliação dos estudos bem como dos problemas investigados e nas fontes utilizadas, movimento internacional exemplificado pela obra de autores como Jacques Le Goff, Georges Duby e Peter Brown. Tal processo afirma-se no Brasil desde a década de 1980 e atualmente se expressa em diferentes programas de pós-graduação, no número de mestres e doutores formados, nos núcleos de pesquisa e publicações especializadas, resultando em balanços sobre os progressos e desafios da área no país (MACEDO, 2006; ALMEIDA, 2017; MIATELLO, 2017).

Segundo o medievalista José Rivair Macedo, não há dúvida que a afirmação do interesse pela Idade Média deve muito à criação da Associação Brasileira de Estudos Medievais (ABREM), em 1996, que conta com estudantes de graduação e de pós-graduação, professores do ensino básico e professores universitários, abrangendo áreas como História, Letras, Direito, Artes e Filosofia. A ABREM dedica esforços na sistematização de informações e materiais disponíveis para os estudos medievais no Brasil e, sobretudo, no empenho em publicar com regularidade a revista *Signum*, periódico especializado dedicado aos domínios da medievalística (MACEDO, 2006, p. 5).

Nilton Mullet Pereira argumenta que os estudos sobre Idade Média no Brasil vêm apresentando uma significativa produção de trabalhos e pesquisas, sobretudo com fontes primárias que ampliaram o conhecimento acadêmico. Todavia, quando se trata do medievo nas publicações didáticas, observa-se que estes estudos estão distantes de incorporar avanços historiográficos sobre o período. De modo que existe uma certa desconfiança em relação aos avanços da pesquisa histórica que, por vezes, implica em desmontar generalizações, conceitos ou definições do medievo que são recorrentes nos manuais escolares (PEREIRA, 2007, p.07).

Nesse cenário, a bibliografia sobre a Idade Média no ensino de História ainda não oferece um número de trabalhos suficiente que permita fazer um balanço da problematização do medievo no ambiente escolar, sendo possível identificar estudos dispersos sobre temáticas como Quadrinhos (Langer, 2009), Cinema (Oliveira, 2011) e Mídias em geral (Chepp; Masi; Pereira, 2015). Nesse âmbito, destacam-se os trabalhos de Macedo (2008) e Pereira (2012), como exceções que problematizaram a Idade Média no ensino de História de maneira ampla, e o artigo de Teixeira e Pereira (2016) que discutiu a presença da Idade Média na Base Nacional Comum Curricular. Especificamente sobre livros didáticos, foi possível mapear algumas obras e artigos que contribuíram para o embasamento do presente estudo.

Nucia de Oliveira (2010) argumenta que as investigações acerca da Idade Média nos livros escolares são fundamentais para o surgimento de novos debates e problematizações referentes ao período, pois é inegável a presença destes materiais em sala de aula, construindo saberes e direcionando discussões. Nesse sentido, as definições da Idade Média nos livros escolares, seja a partir de uma perspectiva pejorativa ou de forma elogiosa, aparecem problematizadas pela autora. Em diálogo com os Parâmetros Curriculares Nacionais (PCN's), Oliveira discute de que maneira os estudos medievais no Brasil têm ou não provocado mudanças na forma de abordar os conteúdos sobre a Idade Média no ensino de história, notando a permanência de discursos preconceituosos e factuais em algumas obras, ao passo que outras

passam a seguir uma abordagem culturalista sobre o período, e a necessidade de ajustes dos manuais escolares.

Seguindo a mesma perspectiva de problematizar a abordagem do medievo nos manuais, Edlene Silva (2011) demonstra que os livros escolares apresentam a Idade Média a partir de aspectos reducionistas os quais passam a imagem de uma época tumultuada por guerras, destruição de reinos e compreendida como um período totalmente caótico e entregue a “barbárie”. Estas e outras definições que constam nos manuais escolares estão cristalizadas no imaginário histórico dos estudantes e da sociedade, pois trata-se de um material de grande circulação e, por conseguinte, de fácil acesso. Mesmo se tratando de manuais escolares atuais que passaram por critérios de aprovação do PNLN, observam-se nos temas referentes ao medievo a permanência de conceitos reducionistas e estereotipados.

Os apontamentos sobre os conteúdos de Idade Média nos livros escolares são também a temática de outros artigos. Marcelo Pereira Lima (2012) discute o medievo peninsular nos livros didáticos e demonstra que, apesar das mudanças nos últimos anos, ainda existe uma relativa marginalidade de referências acerca desta região. Como parte desse processo, os manuais didáticos também são influenciados por uma dupla limitação, ora representando a Península Ibérica como uma região deslocada e ignorada, ora sendo englobada e interpretada à luz de outras regiões consideradas como um padrão modelar e recorrente na Idade Média. Desta maneira, o autor reforça a necessidade de “descolonizar” o medievo presente nos livros didáticos.

Destacando uma temática de intensa discussão recente no ensino de história, Marta de Carvalho Silveira (2017) analisa como os autores dos livros didáticos têm conseguido apresentar a questão do gênero nas obras didáticas e como estas influenciam na construção da noção das mulheres como sujeitos históricos. Tal como sugerido por Oliveira (2010) e Lima (2012), a autora afirma a necessidade do diálogo e da aproximação entre o saber produzido na academia e o disposto nas obras didáticas como uma maneira de qualificar e atualizar o conteúdo das obras e, conseqüentemente, contribuir para a melhoria do ensino de história.

Em tese de doutorado, Marcelo da Silva Murilo (2015) aprofunda a análise dos conteúdos de Idade Média nos livros didáticos, tendo como foco de análise as obras produzidas no período de vigência das duas primeiras versões do Programa Nacional do Livro para o Ensino Médio (PNLEM). O eixo de análise do autor é o tema da Crise dos séculos XIV e XV, demonstrando que os livros didáticos definem o conceito de “crise do século XIV” a partir de elementos da historiografia acadêmica da primeira metade do século XX, estruturada em torno

dos determinantes econômicos de autores como Henri Pirenne (1862-1935) e, principalmente, Maurice Dobb (1900-1976). Deste modo, Murilo argumenta que:

Nos sistemas explicativos escolares, os livros didáticos (seus autores) se valem das teses da história acadêmica (ou universitária), elas constituem seu ponto de partida. As teses escolares são estruturadas e mesmo organizadas seguindo-se a elaboração de uma cadeia racional de ideias. O exame dos textos mostra que na elaboração dessa espinha dorsal responsável pela sustentação da cadeia racional de ideias que estrutura e organiza o texto, bem como dos fundamentos que configuram a base de sustentação teórica das teses que propõem, no caso específico da “crise do século XIV”, permitem-se uma aproximação e influência muito maior com as teses e os sistemas de ideia de Dobb, do que de Pirenne (MURILO, 2015, p.175).

Em linhas gerais, partindo dos dados assinalados pelos estudos, constata-se que os conhecimentos sobre a Idade Média transmitidos pelos livros escolares aos estudantes são provenientes de narrativas anacrônicas que nos levam a compreender o medievo a partir de uma perspectiva equivocada, reforçando expressões de cunho pejorativo atribuídas ao medievo. Mesmo com avanços incontestáveis dos estudos sobre a Idade Média, nosso cotidiano ainda está longe de romper com a velha noção de Idade das Trevas. De modo que o senso comum ainda preserva a ideia de um medievo obscuro, que por sua vez é consequência de um longo período de educação que privilegia a sociedade contemporânea como ápice do desenvolvimento humano e noção máxima de uma história linear. Destarte, como afirma Nilton Mullet Pereira: “Ao invés de continuar a olhar para o medievo tendo como referência os conceitos do presente, exige-se que a leitura do passado medieval aconteça a partir do modo como os medievais olhavam para si próprios” (PEREIRA, 2007, p.08).

Dessa forma, compreende-se que o livro didático é o principal objeto de estudo para desmistificar a Idade Média definida a partir de eixos de explicação que não são do período, são por vezes contemporâneos, sendo estas definições apresentadas com recorrência nestes materiais. Diante da análise realizada, conclui-se um evidente distanciamento entre alguns conteúdos dos nos manuais escolares que tratam do medievo e a discussão historiográfica recente.

AS CIDADES MEDIEVAIS NOS LIVROS DIDÁTICOS

Os livros didáticos analisados não dedicam um capítulo específico sobre as cidades medievais, estando a temática presente em subtópicos de capítulos distintos. Cabe ressaltar que

tais capítulos abordam a Idade Média Ocidental e, especialmente o caso francês, e que em nenhum dos capítulos sobre o medieval envolvendo a sociedade muçulmana ou bizantina, por exemplo, o tema das cidades é discutido. Os livros apresentam a relação entre feudalismo e cidades, sobretudo, a partir da nova dinâmica do Ocidente medieval, onde ocorre um significativo aumento populacional e da produção de alimentos, tanto em virtude do aumento das terras cultiváveis como por novas técnicas de cultivo de alimentos. Ademais verificou-se com recorrência nos materiais analisados a existência de dois eixos explicativos que caracterizam a abordagem das cidades: o primeiro diz respeito a relação entre cidade e feudalismo, dele decorrendo a discussão sobre o comércio, o surgimento dos burgueses e a liberdade urbana, ressaltada através da ênfase nas cartas de franquia; o segundo eixo trata das chamadas Corporações de Ofícios ou Guildas, associações que tinham diversas funcionalidades entre as quais destacam-se o trabalho sistemático da produção das manufaturas e o ordenamento das profissões.

Cidade, feudalismo e liberdade

O capítulo “As sociedades feudais, século IX-XIII”, da coletânea *Leituras da história*, único volume analisado do 6º ano do ensino fundamental, apresenta de forma abrangente o que nomeia de vida urbana. No entanto, o texto reforça que os espaços urbanos mantiveram relações de dependência com o sistema feudal, pois os alimentos comercializados nas cidades eram provenientes das terras dos senhores feudais que para prestar este serviço cobravam impostos das cidades. Oldimar Cardoso destaca que o funcionamento econômico das cidades foi impulsionado pelos comerciantes burgueses, que mesmo dependendo das propriedades senhoriais para a obtenção de alimentos, conseguiram desenvolver as suas atividades comerciais e reunir recursos para garantir autonomia, pois: “Inicialmente, os burgueses pagavam impostos aos senhores das terras onde se estabeleciam. Ao prosperar em seus negócios, compravam o direito de pagar taxas ao senhor e de estabelecer o governo nas cidades” (CARDOSO, 2012, p.253).

Segundo Cardoso (2012), o crescimento urbano impulsionado pelo comércio garantiu aos burgueses autonomia administrativa, cujo o objetivo seria a liberdade de movimento aos habitantes das cidades. Em outras palavras, as cartas de franquia são aqui empregadas como um documento legal que não se limita em conceder somente liberdade ou autonomia as cidades. Trata-se um conceito mais abrangente que o autor chama liberdade de movimento, como se observa na seguinte passagem:

Por isso se dizia que o “ar da cidade é um ar livre”. Por isso também muitos camponeses fugiam do campo, onde eram servos, para se instalar nas cidades, onde passavam a ser livres. Por isso também muitos camponeses fugiam do campo, onde eram servos, para se instalar nas cidades, onde passavam a ser livres (CARDOSO, 2012, p.253).

No capítulo “A cultura medieval”, da obra *Diálogos da história*, as cidades aparecem novamente como um espaço dependente das terras senhoriais, que cobravam impostos e abasteciam as feiras dos comerciantes. A partir dessa inserção, Fábio Salvari (2012) argumenta que os moradores dos espaços urbanos ou burgos, isto é, os burgueses, buscavam liberdade por meio dos movimentos de independência. Como se vê no seguinte trecho:

Todavia, com o crescimento do comércio e o fortalecimento da burguesia, as cidades iniciaram movimentos de independência (movimentos comunais). Essas lutas ocorreram basicamente de duas maneiras: a) as cidades alcançavam sua liberdade de forma pacífica, pela compra de cartas de franquia, que lhes asseguravam autonomia política e administrativa; b) as cidades se libertavam através da luta violenta, muitas vezes com o apoio de alguns monarcas que procuravam se fortalecer diante dos senhores feudais. (SALVARI, 2012, p.67).

A obra *História nos dias de hoje*, no capítulo “A Baixa Idade Média – séculos XI e XV”, segue a mesma perspectiva e apresenta a dependência econômica das cidades medievais em relação as propriedades dos senhores feudais que arrecadavam altas taxas de impostos da população, sobretudo dos burgueses que dependiam de terras cultiváveis para o desenvolvimento das atividades comerciais nas cidades. Flávio Campos, Regina Claro e Miriam Dolhnikof (2012) argumentam que as cidades medievais são formadas por grupos sociais que contribuíram para o desenvolvimento econômico, mas enfatizam os burgueses como o grupo que não estava disposto a continuar dependente do poder senhorial.

Os autores demonstram que as cidades precisaram dispor de recursos econômicos para comprar a sua liberdade, sendo estas adquiridas por meio das chamadas cartas de franquia. Este documento não dava liberdade total para os burgueses, pois os senhores feudais o clero também exercia o controle sobre as cidades. Nas palavras dos autores:

As cidades europeias, na Idade Média, pagavam impostos aos senhores feudais. Algumas conseguiram comprar sua liberdade por meio das cartas de franquia. Mas a liberdade nunca era total. Os bispos sempre mantiveram o controle sobre a religião nessas cidades. Os poderosos senhores feudais

controlavam os principais casos de justiça. Ao contrário dos senhorios, as cidades não eram autossuficientes. Dependiam do mundo rural para obter matérias primas, gêneros agrícolas e mão de obra para os trabalhos urbanos. (CAMPOS; CLARO; DOLHNIKOFF, 2012, p. 43).

Para Campos, Claro e Dolhnikoff (2012) a dependência econômica das cidades não impediu o desenvolvimento comercial dos burgueses que aumentaram as suas produções nos espaços urbanos graças ao processo de êxodo rural. Este fenômeno contribuiu para a dinâmica das atividades econômicas e trouxe consigo o crescimento populacional, onde surgiram novas profissões bem como ferreiros, sapateiros e tecelões. De acordo com os autores, as produções artesanais dependiam da mão de obra destes trabalhadores do campo que forneciam matéria prima necessária para produção das manufaturas.

Alfredo Boulos Júnior, na coletânea *História, sociedade e cidadania*, explica a cidade relacionando-a ao movimento de crescimento feudal dos séculos XI-XIII. Segundo o autor:

Com o aumento da oferta de alimentos já não havia necessidade de tanta gente para trabalhar na agricultura. Então, muitos camponeses deixaram o campo em busca de outro meio de vida: alguns se tornaram mercadores ambulantes; outros foram trabalhar como artesãos (sapateiros, carpinteiros, ferreiros) nas cidades; os moradores do campo passaram a trocar o que produziram (alimentos) por artigos feitos nas cidades (roupas, sapatos e moveis), o que estimulou o artesanato e o comércio local, atividades decisivas para o revigoração das cidades. (BOULOS JÚNIOR, 2009, p.95).

Após reforçar o papel da produção urbana e da circulação comercial, Boulos Júnior passa a explorar o argumento da dependência senhorial. Ao longo do capítulo “Mudanças no feudalismo” o autor demonstra que as atividades comerciais eram dependentes do poder senhorial laico e clerical, que cobrava impostos dos cidadãos. Boulos Júnior afirma que estas taxas eram revestidas na prestação de serviços gratuitos, bem como na reparação de estradas e pontes que provavelmente seriam utilizadas para a circulação de mercadorias entre o campo e a cidade. Mesmo com estes aparentes benefícios, a obra enfatiza que os moradores das cidades não se conformaram com os impostos cobrados e: “Para se libertar desse controle e obter sua autonomia, os habitantes das cidades uniam seus esforços e compravam a carta de franquia, documento pelo qual eles próprios passavam a administrar a cidade” (BOULOS JÚNIOR, 2011, p.100).

De acordo com o autor, as cartas de franquia eram os únicos instrumentos viáveis para as cidades obterem o que Boulos Júnior (2011) nomeia de libertação das cidades que

ocorria por meio de arrecadação de recursos dos seus moradores. Com este documento em mãos, os espaços urbanos ganhavam autonomia administrativa, que estava a cargo de um representante legal eleito pelos próprios cidadãos. Dessa forma, os representantes tinham que ter experiência administrativa e, por isso, os mais cotados a ocupar o cargo eram os comerciantes ou banqueiros.

O capítulo “A Alta Idade Média e o início do feudalismo”, da coletânea *Estudar história das origens do homem à era digital*, argumenta que as atividades comerciais estavam dependentes do sistema feudal, uma vez que as terras produtivas das quais os comerciantes dependiam para a colheita de alimentos pertenciam as propriedades senhoriais. Assim sendo:

A propriedade senhorial tendia a produzir quase todos os artigos necessários à sobrevivência dos moradores. As poucas trocas comerciais eram feitas nas proximidades dos castelos, praticamente sem uso do dinheiro. Prevalcia o escambo, ou seja, a troca direta de produtos. O excedente produzido pelos camponeses, como cereais, leite e carne, era trocado por calçados, tecidos, utensílios domésticos e outros produtos. (BRAICK, 2011, p.29).

Patrícia Ramos Braick (2011) dedica algumas páginas ao que denomina de comércio de longa distância, que diferentemente das trocas comerciais internas ocorria por meio da exportação de artigos de luxo vindos do Oriente para as cidades europeias. Para Braick, a extensão de trocas de mercadorias impulsionou o aumento da produtividade nos campos. Este novo comércio extensivo, a partir do século XI, trouxe o crescimento e a prosperidade das cidades, onde surgiram as feiras de mercadores que se aglomeraram ao redor dos castelos e tornaram-se permanentes nestes espaços. A autora aponta que muitas feiras deram origem a cidades e foram determinantes para a circulação de mercadorias e pessoas, formando uma rede de comunicação de extrema importância para o revigoramento das cidades. Na obra de Braick é predominante a relação entre as cidades e o feudalismo, exemplificada no pagamento de taxas e tributos aos senhores pelos cidadãos:

As feiras de mercadores foram se tornando permanentes e várias delas deram origem às cidades ou ajudaram a revitalizar as cidades pouco habitadas. As cidades recebiam o nome de burgos e seus moradores eram chamados burgueses. Elas cresceram dentro dos limites do senhorio e tinham a obrigação de pagar taxas e tributos aos senhores feudais pelo uso de pontes e estradas de sua propriedade (BRAICK, 2011, p. 99).

Como nos livros analisados anteriormente, a autora afirma que para as cidades escaparem das obrigações dos impostos passaram a reivindicar autonomia, ou seja, o poder de desenvolver livremente a prática do comércio. Braick (2011) enfatiza que as cidades buscaram a sua autonomia por duas alternativas distintas: a primeira, através do confronto com os senhores feudais, via não detalhada pela autora; a segunda, recorrente nas obras analisadas, foi a compra da liberdade da população das cidades por meio das cartas de franquia, definida como instrumento propício a uma autonomia mais abrangente, de modo que cidades passaram a se encarregar da própria administração, defesa e criação de leis.

A partir da abordagem dos livros didáticos observa-se que as cidades são descritas através de alguns eixos explicativos, como: as cidades eram dependentes do poder senhorial; as cidades ou lutaram por sua liberdade ou a compravam pelas cartas de franquia; os moradores das cidades/burgos, os burgueses, protagonizaram a luta pela liberdade cidadina. Tais eixos expressam as características e os desafios da transposição e da simplificação dos conteúdos no âmbito da didática da História e, em especial, dos manuais escolares, implicando, por vezes, em explicações históricas que pouco se apropriam dos debates historiográficos recentes.

Entre as contribuições historiográficas que discutem a abordagem acerca das cidades medievais destaca-se o historiador francês Jacques Le Goff, em sua obra: *O Apogeu da Cidade Medieval*, na qual apresenta a existência de pelo menos quatro grandes linhas interpretativas acerca do fenômeno urbano medieval e de suas relações com o feudalismo: a cidade encarada como um poder senhorial; a cidade como fenômeno anti-feudal; a cidade como um sistema aliado ao feudalismo; e a posição do próprio Le Goff, que compreende a cidade como sistema integrado ao feudalismo (LE GOFF, 1992, p.57). Inserindo-se nesse debate, José D'Assunção Barros (2008) assinala que a questão continua a mobilizar os historiadores, mas argumenta que a ideia de uma cidade medieval assimilada a um poder feudal e seu oposto, a perspectiva de uma cidade radicalmente separada do mundo feudal, já não encontram qualquer suporte nos estudos desenvolvidos a partir de 1950. Nesse sentido, para o autor, as investigações têm explorado uma relação dinâmica entre a cidade e o feudalismo propriamente dito, relação pouco observada nos manuais didáticos analisados.

Ainda de acordo com Jacques Le Goff o mercado urbano é indispensável ao mundo rural e fonte de lucros suplementares para o poder senhorial, que cobra, sobre o transporte e a venda das mercadorias no seu domínio, taxas, pedágios e diversos direitos. O senhor feudal não pode permitir aos habitantes da cidade a perda integral de seus direitos e de seus lucros na cidade, e sobretudo a sua exploração da terra e dos camponeses. Os cidadãos assumem ao lado dos senhores feudais um lugar dominante nos espaços urbanos. Contudo, as participações dos

lucros das atividades comerciais são restritas aos burgueses que tinham três preocupações essenciais: o direito de enriquecer, de administrar e a possibilidade de dispor facilmente da mão-de-obra, ou seja, era necessário que não existisse sobre a produção artesanal e o comércio direitos senhoriais exorbitantes. Em outras palavras os burgueses pagavam altos impostos ao poder senhorial, que resultou em prováveis conflitos relativamente violentos entre os habitantes das cidades que lutavam por uma certa autonomia econômica e os senhores feudais desejosos em renunciar apenas o mínimo possível aos seus direitos e lucros. (LE GOFF, 1992, p.39-40).

Diante desta situação os burgueses procuravam encontrar alternativas para dependência econômica que: “encontrou efeito na obtenção de concessões senhoriais cuja expressão se encontra nas chamadas cartas de franquia”. (LE GOFF, 1992, p.67). Para o historiador esse fenômeno foi chamado de obtenção de franquias ou de liberdades urbanas e seu ponto culminante foi a conquista, pelos cidadãos, de uma autonomia institucional e política denominada comuna. Além disso, o movimento comunal, sobre o qual muitas vezes se concentrou a atenção dos historiadores, sobretudo os do século XIX, está longe de ter sido geral, e o sistema que ele estabeleceu só pode ser definido como democrático por uma ilusão anacrônica. Assim, o direito da burguesia foi conquistado apenas por uma minoria, ou seja, autonomia urbana, por vezes, só foi conseguida pelo conjunto dos cidadãos ou por uma parte deles, graças a pressões que podiam ir até revolta e ao emprego da força, definidas como luta violenta. (LE GOFF, 2006, p. 224).

Além destes meios que os cidadãos buscavam para a obtenção de liberdade econômica destaca-se a análise historiográfica de Win Blockmans e Peter Hoppenbrouwer (2012), na abordagem os autores destacam as chamadas *coniurationes* conhecidas por meio de referências de tradições escritas antigas de privilégios urbanos ou em crônicas. Tal característica originou-se no pacto do juramento que os habitantes das cidades em épocas anteriores haviam feito com proteção mútua, de modo que solidariedade recíproca e a coletividade desses habitantes das cidades os protegia da violência inerente nas relações do poder feudal. Esse espírito solidário dos antigos habitantes das cidades era compreensível, porque eles tinham vindo juntos de vários lugares próximos ou distantes, com frequência para escapar de uma condição de servidão, além de haver ainda a possibilidade de serem obrigados a voltar para os seus antigos senhores. O Estatuto de Valenciennes originalmente denominado “paz”, passou a ser chamado de comunidades ou comunas em suas cartas de direito o que significava uma comunidade que fizera um juramento e, portanto, usufruía dos plenos privilégios da cidade. Esses cidadãos eram legalmente livres e sem as limitações vinculadas à posição de servos em uma propriedade rural, como tarefas, obrigações servis pagas em dinheiro

ou em troca de produtos ou de outros serviços, restrições de liberdade de movimento. Por essa razão, a área urbana era também chamada de área “livre” da cidade. Os privilégios das cidades eram pessoais e não se aplicavam a todos os habitantes, mas só aos seus cidadãos em qualquer local onde estivessem dentro da cidade ou em outros lugares. (BLOCKMANS & HOPPENBROUWER, 2012, p. 351; 352).

Outra etapa importante no movimento em direção à emancipação das cidades consistiu em sua reivindicação de autonomia, o direito de formular os seus próprios costumes e leis consuetudinárias para sua comunidade e de exercer jurisdição sobre a mesma comunidade. Essa autonomia significou que o senhor feudal do condado onde se localizava a cidade teria de renunciar à sua autoridade sobretudo, ou sobre parte da região. A maioria dos senhores feudais estabeleceu um preço para a concessão de autonomia na forma de alugueis vitalícios, impostos e em uma participação nos rendimentos crescentes das taxas da administração da lei. Os resultados dessas disputas tinham características diferentes segundo os lugares que dependiam da proximidade e do poder do senhor da cidade, além do tamanho e da riqueza da comunidade para manter o equilíbrio. Do mesmo modo, os privilégios de uma cidade eram continuamente sujeitos a revisões, adaptações, induzidas pela transformação da sociedade e das relações de mudança de poder. (BLOCKMANS & HOPPENBROUWER, 2012, p. 354).

A presente análise deste eixo analítico é concluída com a dissertação de mestrado de Viviane Azevedo de Jesus na qual acrescenta que essa liberdade era restrita ao perímetro das cidades medievais e não se estende ao campo, de modo que a população artesã e mercantil buscava garantir condições necessárias para o desenvolvimento de suas atividades. Assim sendo, a única alternativa viável para a liberdade econômica destes trabalhadores, só poderia ocorrer por meio da autonomia administrativa de um sistema de impostos proporcionais ao rendimento destinado as obras públicas das cidades. (JESUZ, 2012, p. 25).

Diante dos elementos expostos, constata-se que os estudos historiográficos, embora não expliquem a totalidade do fenômeno urbano, oferecem leituras complexas e diversificadas acerca da relação Cidade, Feudalismo e Liberdade urbana, perspectiva que contrasta com as páginas dos livros escolares que reforçam a ideia de um espaço urbano dependente do poder senhorial, que detinha as terras para a produção das atividades agrícolas, e enfatizam a busca pela liberdade por parte dos cidadãos, sobretudo pelo surgimento de um novo grupo social, os burgueses que passaram a prosperar economicamente e, por conseguinte almejar a liberdade urbana, uma vez que eram dependentes do poder senhorial.

Os livros destacam que a liberdade econômica almejada pelos moradores das cidades encontrava resistência por parte do poder senhorial que não queriam perder os seus

privilégios, assim, a liberdade urbana teria ocorrido por duas vias distintas: pela compra das cartas de franquia ou pelas lutas violentas. Nota-se, deste modo, que um movimento complexo e não generalizado nem mesmo na Europa medieval é apresentado pelos livros como uma das marcas do fenômeno urbano medieval que se colocava em oposição ao sistema feudal.

Corporações de ofício ou Guildas

De acordo com a publicação didática *História nos dias de hoje*, de Campos, Claro e Dolhnikoff (2012), os artesãos exerciam o trabalho de forma sistematizada e dentro de normas hierárquicas que determinavam a função de cada funcionário nas chamadas corporações de ofício, denominadas pelos autores como associações que controlavam o trabalho nas oficinas. Verifica-se na obra que a habilidade profissional seria o critério para definir a função de cada profissão, sendo estas compostas, em primeiro lugar, pelos artesãos que dominavam as técnicas. Em seguida, são citados os companheiros que exerciam as atividades nas oficinas, mas não possuíam a titulação de mestre e, por fim, são apresentados os aprendizes que estavam em fase de formação. Sabe-se que além dos profissionais associados nas corporações de ofício havia outros grupos de trabalhadores nas cidades que não são mencionados pela obra *História nos dias de hoje*.

Em *História, Sociedade e Cidadania*, Boulos Júnior (2009) apresenta que no desenvolvimento econômico urbano estavam inseridos trabalhadores que exerciam atividades nas oficinas dos artesãos. Segundo o autor, artesãos e comerciantes tinham um papel preponderante nas crescentes trocas comerciais das cidades, o que gerou a necessidade de organização do trabalho resultando na formação das corporações de ofício. Diferentemente de Campos, Claro e Dolhnikoff (2012), as funções e o sistema hierárquico que os membros das oficinas estão inseridos deixam de ser especificados por Boulos Júnior, que concentra a atenção na finalidade das corporações em oferecer auxílio assistencial aos seus membros, sobretudo os profissionais impossibilitados de exercer as suas funções pela idade, por invalidez ou por debilitações de saúde, ou seja, as Guildas tinham a finalidade de oferecer amparo social e econômico.

A composição das corporações também é ressaltada na obra *Estudar História – das origens do homem à era digital*. Braick (2011) assinala o papel dos mestres de ofício, vistos como proprietários das ferramentas utilizadas no processo de produção das manufaturas e responsáveis pela contratação dos trabalhadores, e dos chamados oficiais, apresentados como o grupo de trabalhadores mais experientes, com os maiores salários e com a função de ensinar

os ofícios aos aprendizes. Além destes, a obra demonstra que as oficinas exigiam intenso trabalho e para suprir algumas demandas eram contratados os chamados jornaleiros que executavam atividades por jornadas e formavam a maior parte dos trabalhadores nas oficinas. Nota-se que Braick deixa de abordar a finalidade destas corporações de ofício e, portanto, não apresenta se a hierarquia existente nas oficinas poderia ou não privilegiar determinados grupos de trabalhadores, conceder privilégios ou mesmo amparo social como abordado nos demais manuais analisados, em especial na obra *Diálogos da história*, que destaca as corporações de ofício compreendidas como associação eficaz na organização e regulação dos ofícios, além de intervir na produção e circulação dos produtos e na garantia da qualidade dos mesmos.

Leituras da História, de Oldimar Cardoso (2012), segue a perspectiva de enfatizar a organização das corporações. O autor argumenta que as associações eram formadas pelos mestres, que são apresentados como os proprietários das ferramentas e matérias primas utilizadas nas atividades e detentores de toda a produção das oficinas, e pelos aprendizes, jovens em formação que aprendiam com o mestre um determinado ofício e trabalhavam em troca de moradia e comida. Diferentes das demais, na obra as corporações de ofício são chamadas de guildas, ainda que o autor não defina o significado do termo.

Esta abordagem dos livros analisados encontra oposição com os debates historiográficos que apresentam a funcionalidades destas corporações de forma mais abrangente. Entre os quais estão a análise de Otto Gerhard Oexle acerca da onipresença e as múltiplas funções das associações juramentadas que se designa pelo nome de “guilda” que caracterizam igualmente a sociedade ocidental em meados da Idade Média. Para o desenvolvimento segue encorajando o processo de diferenciação social e de constituição de ordens que se desenha continuamente desde o século XI. Deste modo, o principal motivo que norteou a formação da guilda é a desorganização social. Depois das mais antigas guildas profissionais, as dos mercadores no século XI, surgiram a partir do final do século XI e durante o XII as associações de artesãos que chamamos de “corporações de ofícios”. (OEXLE, 2006, p.495).

No que tange as características destas corporações Jaques Le Goff, enfatiza que os atores econômicos da cidade não se contentaram em obter as condições jurídicas e políticas necessárias ao exercício proveitoso de sua atividade que após um de crescimento econômico, passaram também ao estágio da organização profissional. Contudo, o historiador enfatiza que as motivações são ambíguas. Logo, a defesa dos interesses profissionais não se limita, com efeito, à obtenção de concessões senhoriais, cuja expressão se encontra nas cartas de franquia, nos costumes e nos diversos privilégios. Em outras palavras a organização corporativa é uma

espécie de polícia no interior do ofício e entre ofícios. A estreita camada de mercadores que nas grandes cidades exercem atividades comerciais são em grande maioria artesãos e pequenos mercadores inseridos nas atividades econômicas. Estes mercadores, tendem a ignorar a busca pelo crescimento econômico. Assim, uma vez adquiridos os privilégios que lhes asseguram um lugar honroso na sociedade urbana, estes homens de negócio pensam sobretudo em evitar a concorrência e quantitativa. (LE GOFF, 2012, p. 67).

Ao tratar desta relação entre os grupos de trabalhadores citadinos e poder senhorial o artigo Vanderlei Amboni discorre que o trabalho na Alta Idade esteve ligado às atividades artesanais para o atendimento das necessidades restritas do poder senhorial. Assim, determinado ofício, como de artesão, se fixava em uma propriedade feudal oferecendo seus serviços em troca da proteção e de condições de sua reprodução de sua vida material. Esses trabalhadores, por vezes, desenvolviam também o trabalho no campo, tendo em vista as particularidades e as necessidades do local. (AMBONI, 2010, p.07).

Por outro lado, José D'Assunção Barros assinala que a economia urbana é controlada por mercadores e artesãos organizados em associações e corporações, estabelecendo-se a ideia do que denomina de solidariedades horizontais, de modo que a economia rural é controlada pelos senhores e funda-se amplamente na imposição de solidariedades verticais e de relações de senhoria e servidão. O predomínio rural dos vínculos de servidão contrasta, por outro lado, com a liberdade requerida pelas atividades urbanas. (BARROS, 2013, p.27).

Mediante a estas considerações acima abordadas os autores Win Blockmans e Peter Hoppenbrouwer (2012), trazem uma definição relevante acerca do sistema de guildas ou corporativismo, sendo este originalmente uma forma de organização social dotada de diversos direitos e deveres que existiu na França até 1792 e em outros lugares até o século XIX. A organização composta por aprendizes, artífices, assalariados e mestres teve sérias consequências nas diferenças sociais na Baixa Idade Média. As guildas de artesãos formavam a estrutura do estilo de vida de seus membros nas quais eles exprimiam não só os seus direitos e responsabilidades sociais, políticos e econômicos, como também era por intermédio das guildas que seus membros participavam das festas nas cidades ou organizavam suas cerimônias e religiosas ou ritos seculares e os apoiavam em momentos de necessidade. As guildas de artesãos construíram prédios imponentes onde realizavam reuniões e guardavam as bandeiras e, assim, os artesãos identificavam-se profundamente com suas guildas. No âmbito dessa estrutura eles enfocavam suas esperanças na promoção social de se transformarem em mestres e, por fim, de atingirem posições de autoridade na guilda ou na cidade. A organização vertical

de grupos profissionais significativa que os conflitos sociais não se definiam em termos de distinções de grupos (*capital versus* mão de obra), mas sim de acordo com as rivalidades entre os setores. (BLOCKMANS & HOPPENBROUWER, 2012, p. 376).

Nestas contribuições historiográficas percebe-se que as Corporações de Ofício ou sistema de guildas são apresentadas por meio abordagens diversas, que contrasta com os livros analisados que tendem a apresentar as Corporações de Ofício a partir de um discurso comum que define uma organização hierarquizada tendo por finalidade a organização do trabalho e o caráter assistencial de seus membros. Os manuais dão enfoque para as corporações a partir do desenvolvimento econômico das cidades e a prosperidade econômica dos burgueses formados por pequenos comerciantes.

Portanto, trata-se de um tema recorrente nas publicações didáticas e que, por sua vez, toma caminho inverso da historiografia, que aborda as corporações em um caráter mais abrangente que perpassa por uma análise não restritamente socioeconômica, mas como também como associação de caráter político e religioso, traços evidentes nas chamadas relações juramentadas e de solidariedades entre os seus membros.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A investigação propôs a compreensão das cidades medievais nos manuais didáticos do 6º e 7º ano do ensino fundamental identificando os temas mais recorrentes e aqueles que mais variam entre as publicações didáticas. Neste trabalho apresentou-se o desenvolvimento da pesquisa, as fontes e as referências utilizadas, assim como os dois eixos de problematização dos livros a partir do tema da cidade medieval. Primeiramente foi enfatizado a proximidade entre Cidade e Feudalismo e a luta por liberdade e, posteriormente a organização das atividades por meio das Corporações de Ofício.

Constatou-se nesta análise as diferenças existentes nas dinâmicas sociais do campo e da cidade, sendo que o campo era formado pelos senhores feudais e os camponeses. Nas cidades, porém, havia uma diversidade social maior, intensificada pelo crescimento da população, que por sua vez possibilitou o surgimento de novas atividades econômicas que atendiam as necessidades dos moradores. No espaço urbano houve o surgimento de um novo grupo social, denominados pelos livros escolares como burgueses, estes representados por grandes mercadores e banqueiros. Por outro lado, havia também um segundo grupo, formado pela maior parte da população, especificamente por pequenos comerciantes e artesãos, de uma mesma cidade ou de um mesmo ramo de atividade, como de tecidos ou de trabalho com ferro,

que para obterem garantias sociais e econômicas se uniram em associações denominados pelas publicações didáticas de corporações de ofício.

Nos livros didáticos analisados o feudalismo é apresentado como sistema econômico do Ocidente medieval, caracterizado entre os séculos XI e XIII por um significativo processo de expansão produtiva e populacional que teve como consequência tanto um rearranjo econômico nas atividades agrícolas, até então baseadas nas práticas de subsistência, como um maior deslocamento da população camponesa para as cidades, o que terminou por impulsionar as trocas comerciais. Ao longo das leituras dos manuais didáticos, observou-se que as abordagens sobre o feudalismo indicavam que foi a partir da dinâmica da expansão feudal que se deu o revigoramento comercial urbano, caracterizado pela acentuação de práticas comerciais de venda e troca de mercadorias, pelas corporações de ofícios e pela intensidade da circulação de cidadãos e camponeses.

Ao identificar as defasagens existentes entre o discurso presente nos livros didáticos e as proposições da historiografia nas últimas décadas, constata-se que mesmo com os avanços significativos dos estudos medievais ainda existe uma diferença notável entre o que o saber escolar presente nos manuais apresenta em seus conteúdos acerca a Idade Média e o que a historiografia oferece de apontamentos sobre o período.

Sabe-se que os livros didáticos se caracterizam por um discurso padronizado e produzem uma transposição didática que sintetiza e simplifica conhecimentos, em geral, produzidos nos meios acadêmicos. Nas explicações presentes nos manuais, observa-se que os elementos analisados que constituem as cidades medievais tais como: cidades, feudalismo e liberdade e corporações de ofício estão diretamente relacionados aos aspectos econômicos dos espaços urbanos bem como a sua relação dependência econômica dos senhores feudais e o surgimento de um novo grupo social que viria a prosperar economicamente nas cidades, os burgueses. Estes deram início ao processo de emancipação destas cidades e conseqüentemente a luta pela liberdade econômica e a sua organização social nas Corporações de Ofício.

Ao confrontar estas duas vertentes analíticas buscou-se compreender como estas cidades são apresentadas nestes manuais escolares, cuja a finalidade não é desqualificar o uso e a leitura destes livros até porque não se trata de uma obra acadêmica, ao contrário, este trabalho propõem para os seus leitores uma análise historiográfica que aponta que os livros escolares embora sejam muito criticados são objetos de pesquisa e por sua vez sujeitos a análises mais aprofundadas.

Diante disso, considera-se de suma importância a proposta desta investigação deste trabalho, por problematizar o principal instrumento de trabalho que professores e alunos têm

acesso em sala de aula. Ademais, entende-se que os apontamentos alcançados são relevantes no sentido de qualificar o uso e a leitura destes materiais didáticos, em especial pelo reduzido número de estudos que se debruçaram em pesquisar conteúdos acerca da Idade Média nos livros didáticos.

A partir destas considerações, conclui-se que os conteúdos voltados para o Ensino de História e, especificamente, sobre a Idade Média, ainda são permeados de lacunas que este trabalho não vai dar conta de superar, mas de alguma forma buscou-se com esta pesquisa contribuir para que os estudos referentes a Idade Média no Ensino de História possam suscitar o interesse de novos estudos.

FONTES

BOULOS JÚNIOR, Alfredo. *História sociedade e cidadania 7º ano*. São Paulo: Editora FTD S.A., 2009.

BRAICK, Patrícia Ramos. *Estudar história das origens do homem à era digital 7º Ano*. 1ª edição. São Paulo: Editora Moderna, 2011.

CAMPOS, Flávio de; CLARO, Regina; DOLHNIKOFF, Miriam. *História nos dias de hoje*. São Paulo. Leya, 2012.

CARDOSO, Oldimar. *Leituras da história 6º ano*. 1º edição. São Paulo: Escala Educacional, 2012.

SALVARI, Fábio. *Manual do Professor Diálogos da história (7º Ano)*. Rio de Janeiro, Editora Construir, 1ª edição, 2012.

BIBLIOGRAFIA

ALMEIDA, Néri de Barros. Um destino em crise: a inserção social e institucional dos estudos de História Medieval. *Revista Chilena de Estudios Medievales*, n.11, enero-junio, 2017, pp. 92-114.

AMBONI, Vanderlei. O trabalho na Idade Média: A reprodução da vida material nas cidades medievais. *Anais da jornada de Estudos antigos e medievais*. Londrina-PR, nov.2010, pp. 1-14.

BARROS, José D'Assunção. Cidade medieval: um balanço da questão. *UEPG Humanit. Sci.Appl. Sci. Linguist. Lett. Arts*, Ponta Grossa, volume, 2008, pp. 289- 300.

_____. Delineamentos para uma compreensão da cidade medieval. *Alétheia Revista de Estudos sobre Antiguidade e Medievo*, Volume 1/1, 2013, pp. 12-32.

BITTENCOURT, Circe Maria Fernandes. *Ensino de História: fundamentos e métodos*. São Paulo: Cortez, 2004.

_____. Linguagem e ensino: Livros didáticos entre textos e imagens. In: BITTENCOURT, Circe Maria Fernandes. (org.). *O saber histórico na sala de aula*. 11.ed. 4ª reimpressão-São Paulo: Contexto, 2010, p. 7-175.

BLOCKMANS, Win P. HOPPENBROUWER, Peter. *A sociedade urbana. Introdução à Europa medieval, 300-1550*. Rio de Janeiro: Forense, 2012, p. 343-381.

CAIMI, Flavia Eloisa. O livro didático de história e suas imperfeições: repercussões do PNLD após 20 anos. In: ROCHA, Helenice, REZNIK, Luís, MAGALHÃES, Marcelo de Souza (org.). *Livros didáticos de história: entre políticas e narrativas*. Rio de Janeiro: FGV Editora, 2017, p. 33-54.

CAINELLI, Marlene; SCHMIDT, Maria Auxiliadora. *Ensinar História*. São Paulo: Scipione, 2009.

CHEPP, Bruno, MASI, Guilherme & PEREIRA, Nilton Mullet. O potencial pedagógico da Idade Média imaginada. *Revista do Lhiste*, Porto Alegre, n.3, vol.2, jul. / dez. 2015, p.948-968
FONSECA, Selva Guimarães. *Didática e Prática de Ensino de História*. Campinas, São Paulo: Papirus, 2012.

FRANCO, Aléxia Pádua. Uma conta de chegada: a transformação provocada pelo PNLD nos livros didáticos de História. In: MAGALHÃES, Marcelo de Souza (org.). *Ensino de história: usos do passado, memória e mídia*. 1ª edição. Rio de Janeiro: FGV, 2014, pp. 144-163.

JESUZ, Viviane Azevedo de. *A cidade sobre o texto: um estudo acerca da sociedade urbana inglesa a partir da narrativa de Geoffrey Chaucer (segunda metade do século XIV*. Niterói: Universidade Federal Fluminense, Dissertação de Mestrado, 2012.

LANGER, Johnni. O ensino de história medieval pelos quadrinhos. *História, imagens e narrativas*, n.8, abril 2009, p.1-24.

LE GOFF, Jacques. *O apogeu da cidade medieval*. 1ª edição. São Paulo: Martins fontes, 1992.
_____. Cidade. In: LE GOFF, Jacques & SCHMITT, Jean-Claude (coord.). *Dicionário Temático do Ocidente Medieval*. São Paulo: EDUSC, 2006, vol.1. p.219-236.

LIMA, Marcelo Pereira. Representações da península ibérica medieval nos livros didáticos: os (des) compassos entre a escola e a academia. *Revista de história comparada*. Rio de Janeiro, p. 6-1: 165-196.

MACEDO, José Rivair. Os estudos medievais no Brasil: tentativa de síntese. *Reti Mediavali Rivista*, VII, 2006/1 (gennaio-giugno), p. 1-9.

_____. Repensando a Idade Média no Ensino de História. In: KARNAL, Leandro (org.). *História na sala de aula. Conceitos, práticas e propostas*. São Paulo: Contexto, 2008, p.109-125.

MIATELLO, André L. P. A História Medieval na graduação em História: da pesquisa à docência. *Revista Chilena de Estudios Medievales*, n.11, enero-junio, 2017, 68-90.

MURILO, Marcelo da Silva. *A Idade Média nos livros didáticos brasileiros: a crise do século XIV, reverberações da historiografia acadêmica da primeira metade do século XX nos esquemas explicativos escolares*. São Paulo: Universidade de São Paulo, Tese de doutorado, 2015.

OEXLE, Otto Gerhard. Guilda. In: LE GOFF, Jacques & SCHMITT, Jean-Claude (coord.). *Dicionário Temático do Ocidente Medieval*. São Paulo: EDUSC, 2006, vol.2. p.489-501.

OLIVEIRA, Edlene. O cinema em sala de aula: representações da Idade Média em *O Nome da Rosa* de Jean-Jacques Annaud. *Domínios da Imagem*, Londrina, ano IV, n.8, p.31-40, maio 2011.

OLIVEIRA, Nucia Alexandra Silva de. O estudo da Idade Média em livros didáticos e suas implicações no Ensino de História. *Cadernos de aplicação*. Porto Alegre, v.23, n.1, jan./jun.2010, p. 101-125.

PEREIRA, Nilton Mullet. Ensino de História, Medievalismo e Etnocentrismo. *Historiae*, Rio Grande, 3 (3), 2012, p.223-238.

_____. Representações da Idade Média no livro didático. *Anais do XXIV Simpósio Nacional de História*. Associação Nacional de História. Dez 2007, p.1-9.

SILVA, Edlene. Livros didáticos e Ensino de História: A Idade Média nos manuais escolares do ensino fundamental. *História e Ensino, Londrina*, v. 17, n. 1, 2011, p. 7-31.

SILVA, Marcelo Soares Pereira da. O livro didático como política pública: perspectivas históricas. In: ROCHA, Helenice, REZNIK, Luís, MAGALHÃES, Marcelo de Souza (org.). *Livros didáticos de história: entre políticas e narrativas*. Rio de Janeiro: FGV Editora, 2017, p.101-120.

SILVEIRA, Marta de Carvalho. A representação da mulher medieval nos livros didáticos: uma visão comparativa. *Revista de História Comparada*. Rio de Janeiro, v. 11, n. 2, p. 80-107, 2017.

TEIXEIRA, Igor Salomão & PEREIRA, Nilton Mullet. A Idade Média nos currículos escolares: as controvérsias nos debates sobre a BNCC. *Diálogos*, v.20, n.3, 2016, p.16-29.